

Handwritten initials and marks in the top right corner, including 'OMF' and a large stylized signature.

# **ASSOCIAÇÃO PORTO DIGITAL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2016**

R  
X  
MF  
AA

# RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2016

Associação Porto Digital

Rua das Flores, 152

4050-263 Porto

NIF: 506 838 730

*R*  
*7*  
*OMF*  
*AA*  
*pa*

## ÍNDICE

Descrição da organização.....	3
Assembleia Geral.....	3
Conselho de Administração.....	3
Conselho Fiscal.....	3
Apresentação.....	4
1.1 Enquadramento e estrutura funcional.....	4
1.2 Inovação e projetos.....	5
1.3 Plataforma urbana e de serviços.....	6
1.4 Infraestrutura e comunicações.....	6
a. Infraestrutura de rede Passiva.....	7
b. Infraestrutura de rede ativa.....	10
1.4.1 Rede Wireless.....	12
1.4.2 Rede de Difusão ótica de TV.....	13
Atividades Desenvolvidas.....	15
2.1 - Inovação e projetos.....	15
2.2 – Plataforma urbana e serviços.....	17
2.3 – Infraestrutura e comunicações.....	17
A. Rede metropolitana de fibra ótica.....	17
B. Rede wireless.....	19
C. Rede de difusão de TV.....	20
D. Plataformas tecnológicas de suporte.....	20
E. Avarias e suporte técnico.....	21
F. Projetos.....	22
G. Apoio técnico a eventos.....	23
Processo de Reavaliação de activos – RedE.....	24
informação financeira de 2016.....	24
Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social.....	25
Proposta de Aplicação de Resultados.....	25

fn R F  
DIVE  
ATX

# ASSOCIAÇÃO PORTO DIGITAL

## DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Associação Porto Digital (APD) é governada por um conselho de Administração constituído por cinco administradores, três dos quais representando o Município do Porto, um representante da Universidade do Porto, e um representante da Metro do Porto SA. O conselho de Administração reporta a uma Assembleia Geral constituída pelos seus 3 associados.

### ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - Professor Doutor Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo

1º Secretário - Fernando Paulo Ribeiro de Sousa

2º Secretário – Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Filipe Araújo

Administrador Executivo - Paulo Filipe Gonçalves Calçada

Administrador não executivo - Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes

Administrador não executivo - José Manuel Martins Ferreira

Administrador não executivo – Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

### CONSELHO FISCAL

Rui Manuel Pinto Couto Viana

Ricardo António Beato de Carvalho

Revisor Oficial de Contas Efetivo: Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

# APRESENTAÇÃO

## 1.1 Enquadramento e estrutura funcional

Historicamente a Associação Porto Digital (APD) centrava a sua atividade na prestação de serviços de comunicações, incluindo serviço WIFI de acesso à Internet e serviço de difusão de TV em bairros sociais, de forma complementar, a APD desenvolvia ainda projetos de consultoria na área das comunicações.

Durante o ano de 2016 foi efetuada uma reestruturação da organização com o objetivo de diversificar a atividade, dotando a associação de competências que potenciem a utilização da infraestrutura tecnológica. Neste processo de reorganização foi também dada atenção à capacitação da associação por forma a permitir implementar a política definida pelo Município do Porto para a promoção do empreendedorismo e inovação. Neste processo de reorganização foi ainda efetuada a separação da área de infraestrutura tecnológica em duas novas áreas. Uma primeira área ficou com a responsabilidade de gestão e coordenação da rede metropolita e infraestrutura de suporte (datacenter, sensorização, etc), e uma segunda, ficou com a responsabilidade de desenvolvimento da componente aplicacional e de plataforma urbana.

Com o objetivo de dar resposta aos novos eixos de atividade (Plataformas Urbanas, Inovação e empreendedorismo) foi ainda definido como prioritário desenvolver uma estratégia de angariação de projetos financiados pelos programas Operacionais nacionais e Europeus. Para coordenar estas ações, funcionando de forma transversal aos eixos principais, foi criada uma área complementar de projetos.

De acordo com o plano descrito foi definida uma estrutura funcional do tipo matricial e multidisciplinar, que é apresentada de forma resumida em seguida.

### Inovação e Projetos

• Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da estratégia de inovação da Cidade do Porto e para a promoção de um espírito de inovação e empreendedorismo. Garantir o desenvolvimento de redes internacionais e parcerias na área da inovação e empreendedorismo.

### Plataforma Urbana e Serviços

• Objetivos: Contribuir para o desenvolvimento e manutenção de uma plataforma aberta de sensorização, agregação e disponibilização de dados, que potencie a gestão integrada da cidade e o desenvolvimento do modelo de "Operador da Cidade". Contribuir para o desenvolvimento de um ecossistema de empresas e empreendedores que utilizem a plataforma com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras.

### Infraestrutura de comunicações

• Objetivo: Disponibilizar uma plataforma de comunicações que potencie o desenvolvimento de serviços inovadores para a cidade. Contribuir para potenciar o desenvolvimento do laboratório vivo de experimentação que reúna investigadores da Universidade do Porto e empresas parceiras, garantindo o acesso a recursos de investigação e desenvolvimento à escala da cidade. Contribuir ainda para o desenvolvimento do conceito de "operar de comunicações neuro" que potencie a disponibilização de serviços de comunicações e de acesso à internet em toda a cidade.

A reorganização da estrutura funcional obrigará a uma alteração do quadro de pessoal que se espera possa acontecer num horizonte máximo de dois anos.

## 1.2 Inovação e projetos

A área de "Inovação e projetos" tem como objetivo dar apoio na implementação da política definida pelo Município do Porto para a promoção da inovação e empreendedorismo como motor de transformação da cidade.

A cidade do Porto, em conjunto com todo o seu ecossistema, tem vindo a afirmar-se, cada vez mais, como uma Cidade Inteligente, desenhando e pondo em prática estratégias e projetos com impacto significativo em diversas áreas. A Câmara Municipal, que lidera este movimento, tem implementado novos métodos de gestão e administração pública, bem como fomentado a criação e utilização de ferramentas participativas e de disponibilização de novos serviços aos cidadãos.

O Porto criou e adotou uma nova estratégia política visando integrar medidas para a aplicação dos princípios relacionados com o conceito de *Cidade Inteligente*, *Cidade de Inovação* e *empreendedorismo* procurando tornar a cidade uma referência no panorama nacional e internacional. Sustentabilidade centrada no cidadão, Eficiência Energética, R&D e crescimento económico são as principais áreas de interesse da cidade.

Neste contexto Câmara Municipal desenvolveu um conjunto de projetos que têm como objetivo implementar a visão apresentada. Em seguida é descrito de forma resumida os três principais projetos desenvolvidos:

### 1) Desafios Porto

O Desafios Porto surge, no âmbito das Smart Cities como um projeto participativo e promotor da inovação à escala da cidade, envolvendo todos os atores do ecossistema local. Este é um caso de sucesso de uma parceria entre a esfera pública e o sector privado que dá origem à implementação de soluções essenciais, não só pelo fator inovador que encerram, mas sobretudo pelo facto de resolver desafios que a cidade enfrenta e os cidadãos identificam. O Desafios Porto é uma iniciativa multidisciplinar com repercussões em várias áreas, tanto na prestação de serviços ao cidadão, como no impulsionamento do uso de novas tecnologias e ainda no empreendedorismo com uma forte componente de divulgação e consciencialização da população.

### 2) Porto Innovation Hub (PIH)

O Porto Innovation Hub [PIH] pretende demonstrar o potencial da inovação na transformação das cidades, apresentando o impacto direto desta relação na melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, no contributo para a criação de emprego qualificado, e no potencial de projeção das cidades para novos patamares de desenvolvimento. Com base no trabalho do ecossistema de inovação e criatividade do Porto, o PIH pretende apresentar exemplos concretos dos resultados obtidos por investigadores e empreendedores da cidade, de que forma esse trabalho se reflete no desenvolvimento do Porto e como se posiciona no panorama internacional. O PIH espera contribuir para o fortalecimento da relação entre a inovação e a transformação do Porto.

### 3) ScaleUp Porto

O projeto ScaleUp Porto nasce como uma iniciativa que visa estimular ecossistema empreendedor impulsionando as empresas de alto potencial que já existem na cidade, dando-lhes acesso a oportunidades na área do financiamento, formação e clientes. A implementação deste projeto influencia a cidade em todas as suas dimensões, nomeadamente cultura, economia e qualidade de vida. Esta nova estratégia para a cidade e região do Porto tem por

objetivo apostar num paradigma mais competitivo para a economia regional e apoiar as startups tecnológicas locais com potencial para escalar internacionalmente.

### **1.3 Plataforma urbana e de serviços**

A área de "Plataforma urbana e de serviços", tem como responsabilidade coordenar o desenvolvimento da plataforma de suporte à sensorização, agregação e processamento de dados na cidade. Esta plataforma tem como principal função potenciar o desenvolvimento de ferramentas de gestão da cidade, com especial relevo para as ferramentas de suporte ao funcionamento do Centro de Gestão Integrada do Município do Porto (CGI). Neste contexto a APD é responsável pelo desenho, planeamento, e suporte, do novo paradigma de gestão integrada, dando ainda apoio à participação dos técnicos do município nos fóruns europeus relacionados com o tema das plataformas urbanas e gestão integrada da cidade.

A Câmara Municipal do Porto tem desde junho de 2015 a operar o Centro de Gestão Integrada (CGI). O CGI tem como objetivo principal contribuir para a criação de uma plataforma de gestão integrada da cidade e contribuir para o aumento da eficiência e eficácia em áreas como a limpeza urbana e recolha de resíduos, segurança e proteção civil, controlo de tráfego, entre outros.

A Câmara Municipal do Porto pretende ainda dar enfoque às questões relacionadas com a reorganização dos processos, aumento da eficiência e da capacidade de resposta a situações que requerem uma intervenção multidisciplinar.

### **1.4 Infraestrutura e comunicações**

A APD detém uma infraestrutura de fibra ótica (Rede Metropolitana) instalada em condutas com cerca de 180Km e 280Km de cabos de fibra ótica. Esta infraestrutura resulta da construção de condutas próprias, da utilização de condutas de operadores de acordo com uma determinação da Câmara Municipal do Porto que obriga os operadores de telecomunicações que constroem condutas a instalar dois tubos de 110mm para utilização da CMP. Desta forma a infraestrutura de fibra está 100% instalada em rede de condutas, rede esta formada por condutas onde a APD tem o direito de passagem, condutas próprias e outras propriedade de associados, os pontos de Presença (POPs) estão também instalados em edifícios pertencentes à APD ou a seus associados

A rede é constituída por uma camada passiva, correspondendo a mais de 180k de condutas e 4000km de fibra ótica desagregada. Possui ainda uma camada ativa de equipamentos com uma topologia de rede do tipo MPLS. A rede apresenta elevada capacidade de transporte de dados e elevada redundância e resiliência. Em complemento com a infraestrutura de rede e comunicações a APD é ainda responsável pela operação de um centro de dados de apoio e pela integração e agregação de uma estrutura de sensorização constituída por sensores de mobilidade e sensores de ambiente. Desta componente faz ainda parte a infraestrutura de serviço WIFI de acesso à Internet e a rede de difusão de sinal de TV nos bairros sociais.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

## A. INFRAESTRUTURA DE REDE PASSIVA

A arquitetura da rede metropolitana baseia-se no modelo conceptual de três níveis: acesso, distribuição e núcleo. A Figura 1 apresenta uma visão simplificada sobre este modelo.

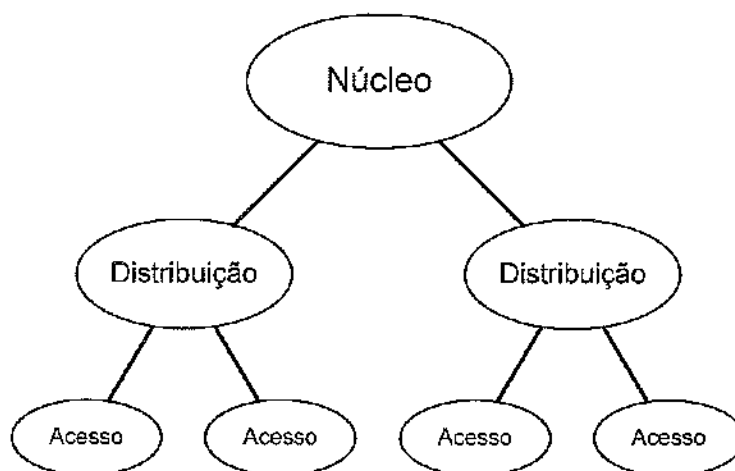


FIGURA 1 - REDE METROPOLITANA: MODELO ARQUITECTÓNICO

O nível de acesso é aquele que se encontra mais próximo dos utilizadores. É a este nível que se realiza a *interface* entre a rede metropolitana e os seus clientes.

O nível de distribuição tem como principal função agregar os fluxos provenientes do nível anterior, pelo que também é frequente designar-se este nível como nível de agregação (do acesso). É essencialmente a este nível que são aplicados os mecanismos de garantia de desempenho, tanto para os fluxos que se apresentem de forma agregada como para aqueles a que possa ser dado tratamento individual.

O nível de núcleo tem a função de providenciar ao nível de distribuição um meio de transporte de alta capacidade, destinado a transportar fluxos de forma tão agregada quanto possível.

A implantação da infraestrutura passiva do projeto foi dividida em duas fases, a primeira dizendo respeito à criação dos pontos de presença e instalação da cablagem dos níveis de núcleo e de distribuição, e a segunda à instalação dos cabos que realizam a ligação aos diversos *sites*, ou seja, dos cabos relativos ao nível de acesso.

A topologia escolhida para as condutas de interligação dos pontos de presença assenta num anel que interliga cada um deles. A instalação de caminhos de cabos segundo esta topologia permite simultaneamente garantir a redundância de caminho físico em qualquer um dos pontos de presença e minimizar o número de condutas necessárias para realizar a sua interligação.

Optou-se por criar os pontos de presença exclusivamente em instalações pertencentes a parceiros ou associados, por forma a reduzir os custos de alojamento em comparação com o eventual aluguer de instalações a terceiros, e aumentar simultaneamente o grau de controlo e a garantia de longevidade dos espaços técnicos.

A lista atual de pontos de presença é descrita em seguinte.



Ponto de Presença	Localização
Pólo A	Universidade do Porto (ex Escola de Gestão do Porto)
Pólo B	Universidade do Porto (Faculdade de Engenharia)
Pólo C	Águas do Porto (Reservatório do Bonfim)
Pólo D	Universidade do Porto (Reitoria)
Pólo E	Universidade do Porto (Faculdade de Ciências)

TABELA 1 - PONTOS DE PRESENÇA

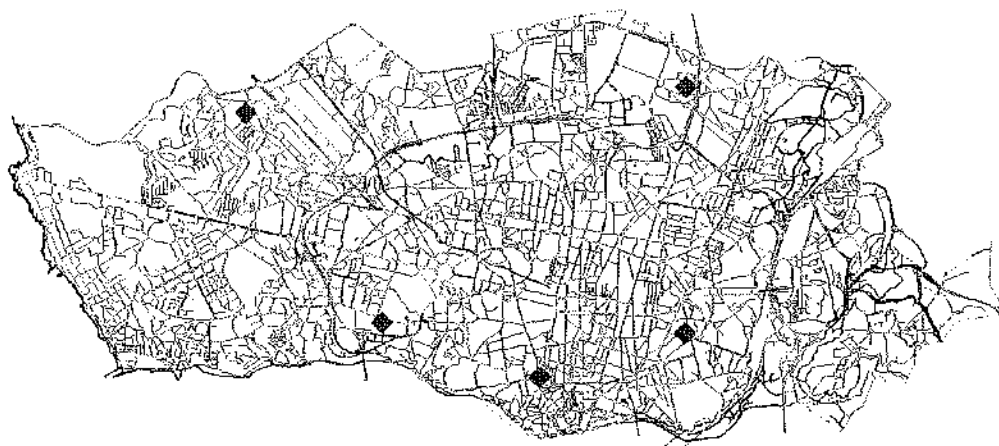


FIGURA 2 - REDE METROPOLITANA: PONTOS DE PRESENÇA

A metodologia seguida para a instalação da cablagem de distribuição foi a de selecionar, na rede de condutas (existentes ou não), um determinado troço que tenha início e desejavelmente fim num mesmo ponto de presença e que passe nas imediações de um número de sites tão grande quanto possível. Nesse percurso instalou-se um cabo contendo um número adequado de pares de fibras, a que se deu o nome de cabo de distribuição.

Representa-se na figura seguinte a rede de condutas passíveis de utilização pela APD, que inclui não apenas o que foi construído pela própria APD, mas também as infraestruturas construídas pelos operadores de telecomunicações e reservadas para uso exclusivo da CMP, a rede de condutas destinadas à sinalização luminosa automática de tráfego, etc.

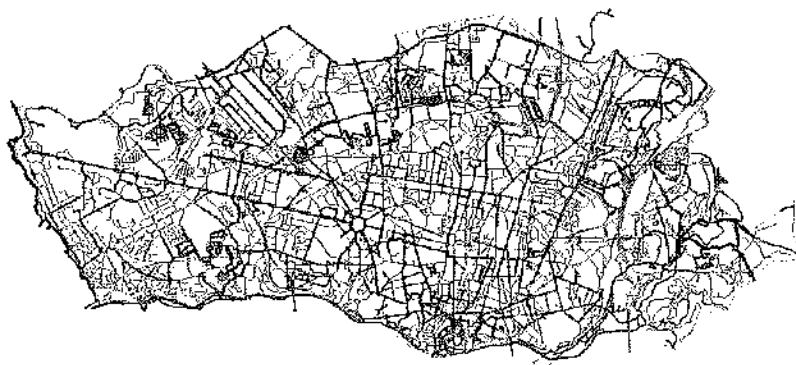


FIGURA 3 - REDE METROPOLITANA: CONDUTAS DISPONÍVEIS

Handwritten signature and initials in the top right corner.

A utilização da metodologia anteriormente descrita para fazer a instalação da cablagem de fibra ótica nas condutas disponíveis está representada nos seguintes mapas de cablagem, correspondentes a cada um dos níveis da arquitetura:



FIGURA 4 – REDE METROPOLITANA: FO A) BACKBONE, B) DISTRIBUIÇÃO, C) ACESSO

A visão geral da cablagem de fibra ótica da rede metropolitana pode ser vista na figura seguinte.



FIGURA 5 – REDE METROPOLITANA: FIBRA ÓPTICA

A tabela seguinte apresenta as extensões de cada uma das componentes atrás descritas.

Condutas disponíveis	180 Km
Cabos de FO (backbone)	23 Km
Cabos de FO (distribuição)	89 Km
Cabos de FO (acesso)	80 Km

TABELA 2 - EXTENSÃO DA INFRAESTRUTURA PASSIVA

Conforme anteriormente referido, cada ponto de interligação de fibra óticas implica a instalação de uma junta ótica, habitualmente alojada numa caixa de visita. Estes equipamentos, intervencionados por equipas técnicas especializadas, mas sempre com a supervisão da equipa da APD são, como se compreenderá, de vital importância para a garantia da conectividade dos sites. No total, existem 136 juntas óticas instaladas na cidade, pertencentes aos níveis de de backbone e de distribuição e distribuídas pela cidade de acordo com a figura que se segue.

## B. INFRAESTRUTURA DE REDE ATIVA

A solução ativa da rede metropolitana, para além de uma elevada capacidade de transporte de dados, apresenta elevada capacidade de resiliência e adaptação dinâmica a alterações de cenários de utilização.

O nível de núcleo é constituído por um anel de três nós. A topologia em anel (que para este número de nós é equivalente à malha completa), quando aliada ao encaminhamento dinâmico do tráfego, torna-se extremamente tolerante a falhas, na medida em que uma quebra numa determinada ligação da rede não afeta a conectividade entre qualquer par de nós. Da mesma forma, a falha completa de um nó não afeta a conectividade entre os restantes.

A tecnologia escolhida para realizar a interligação dos nós é baseada em Ethernet, neste caso concreto em 10 Gigabit Ethernet. As razões de tal escolha são aquelas que dizem respeito à disponibilidade, flexibilidade, simplicidade e mesmo custo das interfaces deste tipo.

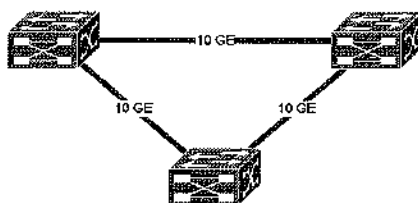


FIGURA 6 - NÍVEL DE NÚCLEO

O nível de distribuição é constituído por cinco nós, correspondendo cada um a um dos cinco pontos de presença. Cada nó do nível de distribuição tem ligação direta a dois dos nós de núcleo, garantindo-se desta forma a sobrevivência à falha de uma ligação ou mesmo de um nó de núcleo. Estas ligações são igualmente efetuadas com recurso a tecnologia 10 Gigabit Ethernet.

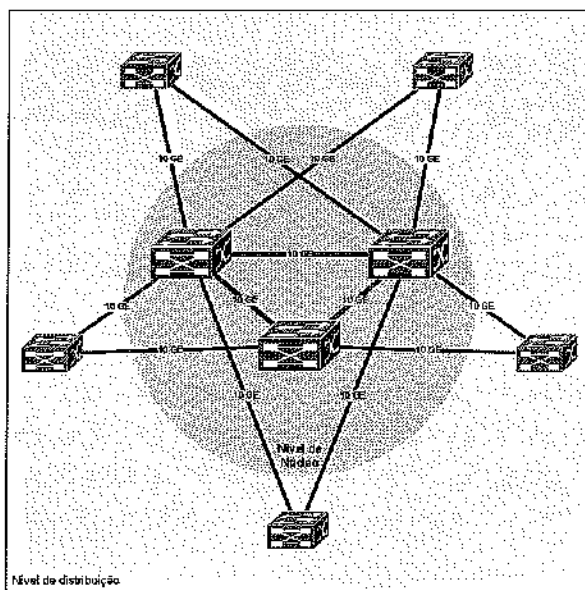


FIGURA 7 - NÍVEL DE NÚCLEO

Uma vez que os nós de distribuição ligam diretamente aos nós de núcleo, quer estes estejam instalados no mesmo ponto de presença quer não, a distribuição dos nós de núcleo pelos cinco pontos

*M R J MF*

técnicos foi mais influenciada pelas características técnicas dos espaços do que propriamente pela densidade de clientes na área de influência desse polo. Assim, decidiu-se que nos polos A e C seriam apenas instalados comutadores de distribuição, ficando os nós de núcleo nos restantes polos (B, D e E).

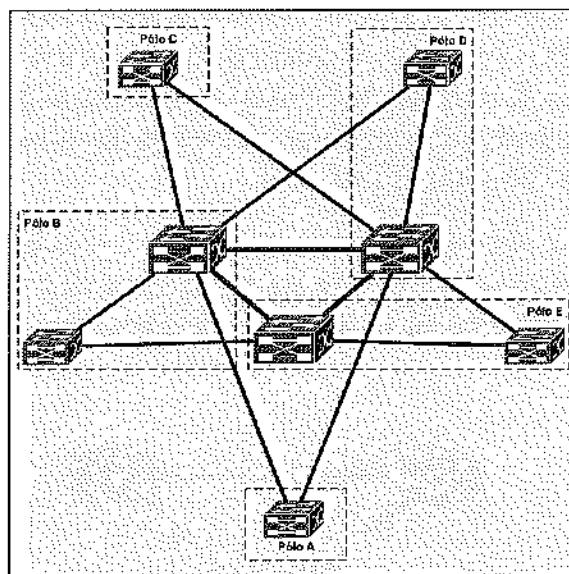


FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO FÍSICA DO EQUIPAMENTO ACTIVO

Conforme anteriormente referido, o acesso das redes locais dos clientes realiza-se com recurso a ligações diretas sobre fibra óptica entre os pontos de presença e as instalações dos clientes. As tabelas seguintes resumem a ocupação em termos de *interfaces* em cada um dos nós da rede. Para as ligações dos níveis de núcleo e de distribuição utilizam-se *interfaces* a 10 Gigabit/s. Para as ligações do nível de acesso utilizaram-se *interfaces* a 1 Gigabit/s.

Nós de núcleo	Número de interfaces	
	10GBASE-SR	10GBASE-LR
Pólo B	1	5
Pólo D	1	5
Pólo E	1	3

TABELA 3 - INTERFACES NOS NÓS DE NÚCLEO

A rede metropolitana atualmente dispõe de um conjunto de interfaces de acesso que permitem a interligação com redes de outros operadores de telecomunicações, possibilitando assim a prestação de serviços de telecomunicações no modelo de "operador (neutro) de operadores". Algumas destas NNIs (*network to network interfaces*) servem também para a prestação de serviços de conectividade à internet por parte da APD.

### 1.4.1 Rede Wireless

A APD disponibiliza um serviço de Wi-Fi gratuito a partir de diversos hotspots distribuídos pela cidade do Porto. A infraestrutura de pontos de acesso (*access points*) encontra-se ancorada na infraestrutura de fibra ótica da Porto Digital.

Nos *access points* da rede wireless, são difundidos os seguintes SSIDs (identificadores de rede):

- **WiFi Porto Digital** – rede acesso público e gratuito de iniciativa do Município do Porto
- **eduroam** – rede da comunidade académica Europeia, com mecanismo de autenticação 802.1X (PEAP ou TTLS) e com mecanismos de segurança WPA2+AES
- **portolivinglab** – rede experimental usada, entre outros, pelos sensores ambientais.

Para além dos locais anteriormente listados, foram instalados hotspots WiFi em cada um dos 15 bairros sociais onde a APD presta o serviço de difusão de TV.

Estes equipamentos estão integrados na plataforma de gestão e configuração da rede wireless pública da cidade e disponibilizam aos utilizadores o acesso à internet através do SSID DomusSocial.

No mapa apresentado em seguida é feita uma representação simplificada das áreas da cidade com presença do serviço da rede WiFi da Porto Digital.

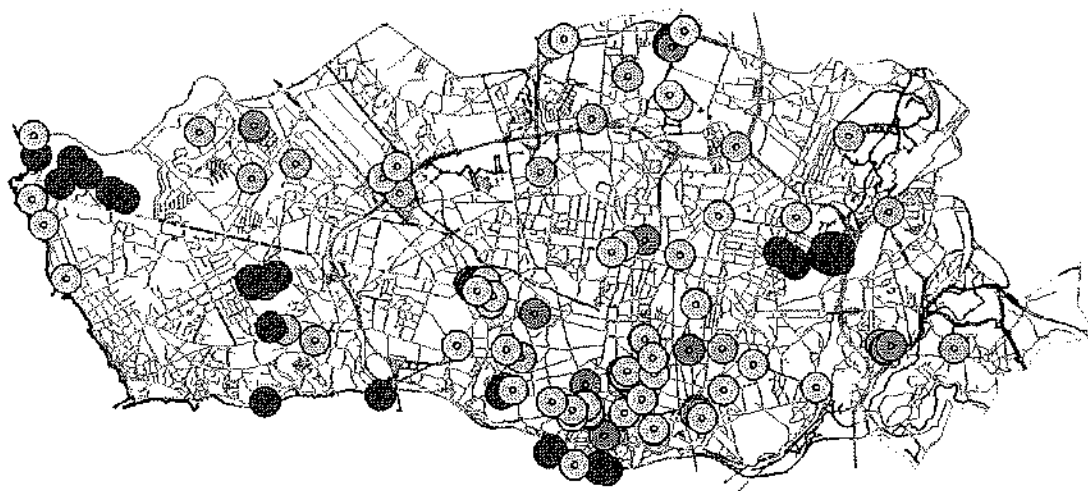


FIGURA 9 – REDE WIRELESS

## 1.4.2 Rede de Difusão ótica de TV

O serviço de difusão de TV para bairros sociais do município do Porto é prestado pela Associação Porto Digital desde 2009 e do ponto de vista técnico é importante caracterizar as duas camadas constituintes da infraestruturas, nomeadamente a componente passiva e a componente ativa.

A componente passiva é composta por cabos de fibra ótica monomodo e juntas de fusão.

A topologia passiva de rede que suporta o serviço segue o modelo tradicional das redes PON (*Passive Optical Network*), representada no diagrama seguinte:

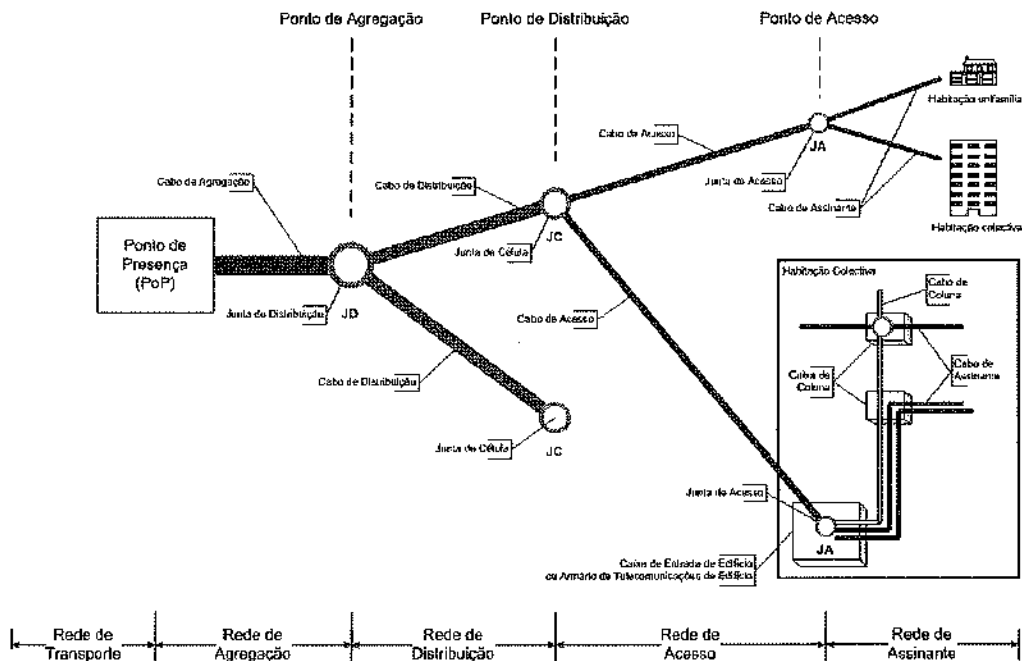


FIGURA 10 - TOPOLOGIA REDES FTTH

O Ponto de Presença (PoP) – é sala técnica ou edifício onde está instalado o equipamento ativo de uma rede PON, nomeadamente o Terminador de Linhas Óticas (OLT-Optical Line Terminal). É neste local que se realizará a interface entre a rede PON e a rede de transporte.

No PoP estarão também localizados os painéis óticos de distribuição (ODF-*Optical Distribution Frame*) onde terminam os cabos de agregação.

A rede de agregação é composta pelos cabos de fibra ótica que interligam o ponto de presença (POP) ao ponto de agregação (PA). Neste local, realizar-se-á a interface/fusão entre os cabos de agregação e os cabos de distribuição recorrendo-se, portanto à instalação de uma junta de distribuição (JD). Este equipamento passivo deverá ser dimensionado tendo em conta o número de fusões decorrentes da fase de projeto da rede.

O ponto de agregação (PA) poderá ser uma CVP enterrada ou um armário de rua, de fácil acesso, com elevada capacidade de concentração de cabos de fibras e onde apenas deverá ser instalado equipamento passivo (juntas de distribuição, ODFs, splitters, etc.).

A rede de distribuição é constituída pelos cabos de fibra de distribuição, que interligam as juntas de distribuição (JD) e as juntas de célula (JC). As juntas de célula são o ponto da ligação entre a cablagem de distribuição e a cablagem de acesso, devendo assim ser dimensionadas de acordo com o número de fusões decorrentes da fase de projeto da rede. O ponto de distribuição (PD) deverá

R F MF  
me

uma CVP enterrada ou um armário de rua de fácil acesso com capacidade média de concentração de fibras e onde apenas deverá ser instalado equipamento passivo (junta de célula, ODFs, splitters, etc.).

A rede de acesso é constituída pelos cabos de acesso e pelas juntas de acesso (JA) onde se realiza a interface entre os cabos de assinante e os cabos de acesso. O ponto de acesso (PA) é o elemento a partir do qual parte a cablagem que chega aos assinantes, pelo que poderá tratar-se de uma CVP enterrada ou um armário de rua junto aos edifícios a cobrir, ou eventualmente a caixa de entrada de edifício/armário de telecomunicações do edifício localizado no interior da unidade habitacional e onde apenas poderá ser instalado equipamento passivo (junta de acesso, ODFs, splitters, etc.)

A rede de assinante é definida pelos elementos que unem o ponto de acesso ao assinante, constituída pelo cabo de assinante e a respetiva tomada ótica. Os cabos de assinante poderão atingir diretamente as tomadas óticas caso se tratem de zonas de habitação unifamiliar ou poder-se-á recorrer a cabos de coluna instalados em caixas de coluna no interior de edifícios de habitação coletiva, onde deverão ser instaladas caso se justifique, juntas para interligação com cabos de assinante.

A Associação Porto Digital possui ainda um serviço de apoio técnico (helpdesk) telefónico e de manutenção no terreno ao sistema de difusão de sinal de TV nos bairros sociais abrangidos pelo serviço.

Atualmente o serviço é prestado no total a 5860 fogos localizados em 564 entradas dos bairros sociais

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 2.1 - Inovação e projetos

#### Descrição global das atividades

Na área de Inovação e projetos as principais atividades centraram-se na angariação de novos projetos financiados assim como no apoio ao desenvolvimento da política do Município do Porto para a área de inovação e empreendedorismo.

Da atividade de desenvolvimento de projetos destaca-se a lista de novos projetos negociados apresentada em seguida.

Atividade	Orçamento	Inicio	Duracao (meses)
Infraestrutura de dados	100 762 €	2016	10
Rede WIFI Porto.	204 178 €	2016	16
Centro de Gestão Integrada	214 918 €	2016	10
Porto Cidade de Inovação e empreendedorismo	236 931 €	2016	10
AMP Start & Scale (Norte 2020)	167.000 €	2016	24
SynchroniCity (H2020)	550.215 €	2017 (Jan)	30
<b>Total</b>	<b>1 306 173€</b>		

#### Principais atividades desenvolvidas

- Plano de desenvolvimento da estratégia de inovação da Cidade do Porto para o período 2016/2017
- Apoio e acompanhamento na implementação de projetos já em curso (Desafios Porto; Porto Innovation Hub e ScaleUp Porto);
- Desenvolvimento de redes internacionais para parcerias na área da inovação, nomeadamente a rede Europeia de cidades para ScaleUp; rede internacional para teste e validação de dados abertos (Hackacity)
- Assessoria e representação da estratégia de inovação em parcerias Europeias para a Inovação, nomeadamente a parceria EIP-SCC
- Desenvolvimento de projetos no âmbito do H2020 e P2020 em temas como as Cidades Inteligentes e IoT e plataformas urbanas
- Apoio e acompanhamento no desenvolvimento de projetos Europeus

Nesta componente é ainda importante salientar o trabalho da APD do apoio aos projetos Porto Innovation Hub e ScaleUp Porto. Durante o ano de 2016 foram realizadas dezenas de atividades de promoção da inovação e empreendedorismo, sendo de destacar as conferências do Porto Innovation Hub, que reuniram mais de 146 oradores e 2200 participantes. Durante este período a APD foi responsável pelo apoio na organização de todas as sessões assim como pela coordenação do espaço do Porto Innovation Hub. A APD foi ainda responsável pelo apoio à realização dos eventos ScaleUp Porto, mais em concreto à realização da semana Start&Scale e ao ciclo de conferências e sessão de trabalho e discussão técnica.



R F MF  
A  
P



FIGURA 11 – PORTO INNOVATION HUB: A INOVAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE

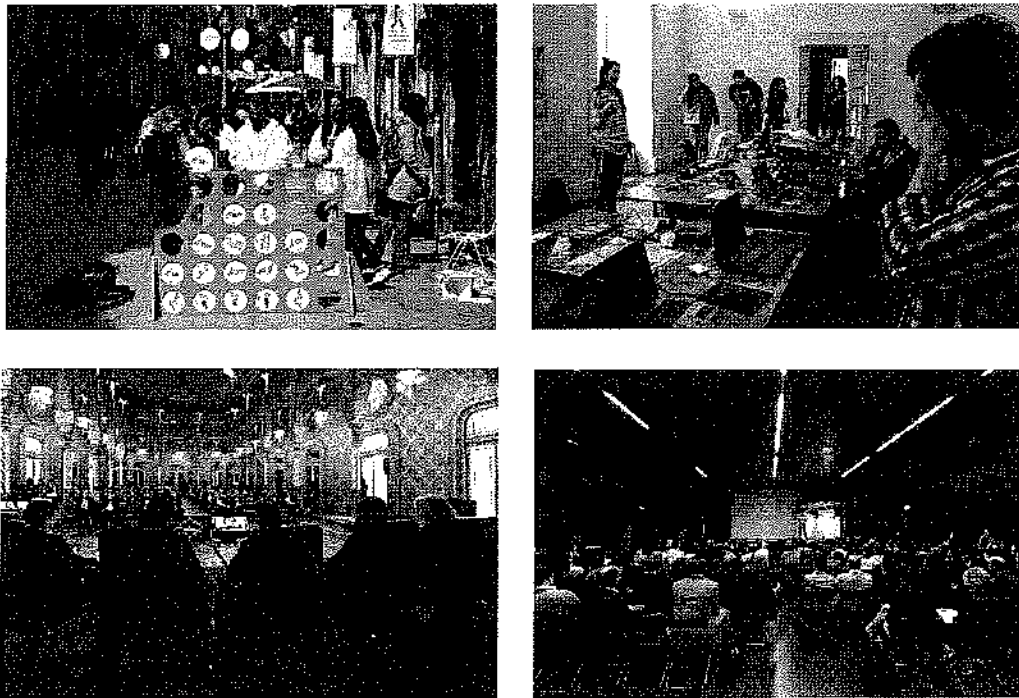


FIGURA 12 – SCALEUPPORTO: SEMANA START & SCALE

M R F  
OMA  
A

## 2.2 – Plataforma urbana e serviços

### Descrição global das atividades

Nesta fase de arranque desta nova área de atividade o trabalho ficou concentrado no desenvolvimento de ferramentas para a implementação da estratégia de gestão integrada da cidade e criação de plataforma de suporte ao centro de gestão integrada (CGI).

### Principais atividades desenvolvidas

- Revisão da estratégia municipal para o desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada
- Análise e revisão de procedimentos do centro de gestão integrada e criação de plano para implementação em ferramenta K2
- Desenho de caderno de encargos para concurso publico internacional e acompanhamento técnico do processo
- Desenho de plataforma tecnológica de suporte ao desenvolvimento do CGI
- Plano de formação e capacitação técnica das equipas do CGI
- Participação em fóruns internacionais (EIP-SCC) para apresentação e discussão da metodologia definida

## 2.3 – Infraestrutura e comunicações

### A. REDE METROPOLITANA DE FIBRA ÓPTICA

#### Descrição global das atividades

- Configuração do equipamento activo da rede IP/MPLS;
- Supervisão, monitorização e elaboração de estatísticas das componentes passiva e activa da rede;
- Contacto directo permanente com as equipas técnicas dos assinantes, para efeitos de participação de ocorrências ou solicitações de apoio;
- Intervenções correctivas nas componentes passiva e activa da rede, na sequência de falhas;
- Actualizações preventivas de *hardware* e *software*;
- Gestão dos espaços físicos e condições eléctricas e ambientais nos pontos de presença da rede metropolitana;
- Avaliação e execução dos contratos de manutenção para as componentes passiva e activa;
- Concepção de novas infra-estruturas e/ou alterações na infra-estrutura instalada;
- Elaboração de projetos de construção civil e respectivo licenciamento;
- Elaboração de projetos opticos relativos às alterações nas redes de fibra óptica;
- Acompanhamento de obras de construção civil e instalação de cablagem;
- Manutenção da cartografia da rede em sistema de informação geográfica;
- Interface com o regulador e cumprimento de obrigação de reporte de informação

## Principais atividades desenvolvidas

- Ligação de 5 novos pontos da DMGVP (Carvalhido, António Bernardino Almeida, Roberto Frias, Alegria e Constituição);
- Ligação de 8 novos sites: Porto Editora (2 ligações), Siloauto (Porto Lazer), FAP (Pólo 0), Departamento Municipal de Comércio e Turismo, CGI (2 ligações), ATP, PIH e ANI.
- Reformulação de 3 ligações à rede metropolitana no âmbito de projeto s: EB1 da Caramila, BSB, Piscina Armando Pimentel (no âmbito do projeto de construção civil levado a cabo pela GOP);
- Implementação de 2 NNIs com a Vodafone (POPs da Ranha e da Zona Industrial);
- Implementação da ligação à NOS como fornecedor global de acesso à internet. A nova ligação tem uma largura de banda de 1 Gigabit/s, e é securizada pela antiga ligação à IPTelecom (200 mbit/s);
- Reformulação da ligação WiFi para o edifício da DMASU em São Dinis;
- Ligação ao CIIMAR (Uporto) nas instalações da APDL;
- Ligação dos 18 equipamentos de telegestão da ADP (projeto interceptor Douro);
- Surveys a 10 pontos possíveis para a instalação de concentradores de telecontagem da AdP;

## Indicadores

Condutas utilizáveis	180 Km
Cabos de FO (backbone)	23 Km
Cabos de FO (distribuição)	89 Km
Cabos de FO (acesso)	83 Km

TABELA 4 – CONDUTAS E CABLAGEM DA REDE DE FIBRA ÓPTICA

Nós de distribuição	Taxa de Ocupação
Pólo A	100%
Pólo B	87,5%
Pólo C	98%
Pólo D	98,5%
Pólo E	100%

TABELA 5 – TAXA DE OCUPAÇÃO NAS INTERFACES DOS NÓS DE DISTRIBUIÇÃO

## B. REDE WIRELESS

### Descrição global das atividades

- Configuração global da solução;
- Supervisão, monitorização e elaboração de estatísticas relativas ao funcionamento da rede wireless
- Intervenções correctivas nos equipamentos centrais;
- Actualizações preventivas de *hardware* e *software*;
- Manutenção da cartografia da solução wireless em sistema de informação geográfica;
- Contacto com as equipas técnicas dos edifícios onde se encontram alojados os equipamentos da rede wireless;
- Concepção de novos *hotspots* e/ou alterações nos existentes;

### Principais atividades desenvolvidas

- Instalação de novos hotspots em 3 piscinas da Porto Lazer;
- Instalação de 9 novos hotspots outdoor
- Criação de infraestruturas wifi nos espaços do CGI, PortoInnovationHub e Pólo 0 da FAP.
- Realização de surveys para instalação ou remodelação da infraestruturas wifi no Teatro do Rivoli, Teatro do Campo Alegre, Edifício do Departamento de Comercio e Turismo da CMP, Casa do Roseiral, Jardim de São Lazaro, Jardim do Marquês;

### Indicadores

<b>Nº de hotspots outdoor</b>	83
<b>Nº de hotspots Indoor</b>	30
<b>Access points</b>	
<b>Nº de APs outdoor</b>	55
<b>Nº de APs outdoor (rede veicular)</b>	30
<b>Nº de APs indoor</b>	104
<b>Estatísticas Diárias</b>	
<b>Largura de banda máxima</b>	257 mbit/s
<b>Largura de banda média (10h-20h)</b>	112 mbit/s
<b>Largura de banda média (24h)</b>	61 mbit/s
<b>Volume de dados médio (24h)</b>	610 Gigabytes
<b>Nº máximo de utilizadores simultâneos</b>	1947
<b>Nº médio de utilizadores simultâneos (10h-20h)</b>	1507
<b>Nº médio de utilizadores simultâneos (24h)</b>	828
<b>Dispositivos distintos</b>	
<b>Nº de dispositivos distintos (diário)</b>	14596
<b>Nº de dispositivos diferentes (anual)</b>	656471

TABELA 6 – ESTATÍSTICAS WIFI

## C. REDE DE DIFUSÃO DE TV

### Descrição global das atividades

- Configuração global da solução;
- Supervisão e monitorização;
- Intervenções corretivas nos equipamentos centrais da rede;
- Atualizações preventivas de *hardware* e *software*;
- Avaliação de contratos de manutenção para as várias componentes da solução;

### Principais atividades desenvolvidas

- Fornecimento de sinal de TV à Sede da AdP;

### Indicadores

O serviço é disponibilizado em 5969 unidades habitacionais, distribuídas por 576 entradas de 15 bairros sociais. Foram atendidas em 2016 um total de 247 chamadas telefónicas, foram realizadas 168 deslocações aos bairros e foram efetuadas 61 ativações de serviço.

## D. PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS DE SUPORTE

### Descrição global das atividades

- Operação do datacenter da APD instalado no edifício dos Paços do Concelho, incluindo nomeadamente a gestão do parque de servidores físicos e virtuais;
- Supervisão e monitorização do bladecenter;
- Intervenções correctivas no bladecenter, na sequência de falhas;
- Avaliação e execução de contratos de manutenção;
- Concepção de novas infra-estruturas e/ou alterações na infra-estrutura instalada;

### Principais atividades desenvolvidas

- Reformulação completa do parque de servidores virtuais, no sentido de libertar recursos computacionais;
- Criação e gestão de novos domínios (scaleupforeurope, scaleupporto, portoinnovationhub);
- Migração do serviço de email da APD para a Microsoft;
- Criação de máquinas virtuais para alojamento de sites (scaleupforeurope, scaleupporto, portoinnovationhub);
- Criação de máquinas virtuais para a migração do nó FI-Ware da cidade do Porto;
- Criação de máquinas virtuais para criação de microserviços;
- Desenvolvimento de um dashboard piloto dos dados georreferenciados disponíveis (localização das frotas, sensores ambientais, etc.);

- Desenvolvimento de interface com o sistema de gestão de semáforos da DMGVP (contadoras);

## Indicadores

Nº de blades operacionais	12 (+3 avariadas)
Nº de CPUs	58 (+16 avariados)
Memória RAM	104 Gigabytes (+30)
Servidores Virtuais	
Nº de servidores virtuais	23
Nº de CPUs alocados	51 (88%)
Memória RAM alocada	66 (63%)

TABELA 7 – SERVIDORES

## E. AVARIAS E SUPORTE TÉCNICO

Durante a operação das infraestruturas atrás descritas, verificam-se inúmeras ocorrências que de uma forma ou de outra degradam ou inibem os serviços prestados, sejam eles de conectividade, de televisão, de acesso à internet, etc. Os sistemas de monitorização da APD foram configurados para captar estes eventos e imediatamente os reportar (por e-mail) à equipa de operação das infraestruturas, na tentativa de identificar os possíveis problemas tão cedo quanto possível e permitir uma rápida atuação.

EBI	1060
MPLS	784
Switches externos	290
RSU	806
Wifi	8662
RfOverlay	165

TABELA 8 - ALERTAS RECEBIDOS

É importante referir que uma vez que os sistemas de monitorização se encontram instalados na infraestrutura da APD, os mesmos não conseguem distinguir as falhas ocorridas nas instalações dos clientes daquelas que são problema da própria infraestrutura. Assim, a grande maioria dos eventos listados na tabela anterior dizem respeito a situações reais de indisponibilidade ou degradação de serviço, mas que não representam falhas da responsabilidade da APD. Aconteceram, contudo, em 2016 algumas ocorrências que afetaram um número significativo de utilizadores e que se resume na tabela seguinte.

Tipo de ocorrência	Nº de ocorrências
Falha de energia em pontos de presença	4
Quebras de fibra óptica (rede metropolitana)	2
Quebras de fibra óptica (rede de difusão de TV)	8
Falha do fornecedor de acesso à internet	1
Avaria em equipamento activo (rede metropolitana)	0
Avaria em equipamento activo (rede de difusão de TV)	7
Avaria em equipamento activo (Wi-Fi)	6

TABELA 9 – OCORRÊNCIAS

## F. PROJETOS

- Apoio à equipa da AdP na componente de telecomunicação do projeto de telecontagem;
- Rega por satélite: ligação dos pontos centrais e criação de rede WiFi (Parque da Cidade, Av. Montevideu, Reservatório da Pasteleira);
- Apoio à DMGVP para projeto e instalação de 14 câmaras de CCTV;
- Definição de uma arquitectura e metodologia para a implementação de uma plataforma urbana na cidade do Porto;
- Rede Veicular: apoio no estudo de localizações possíveis e realização de surveys para instalação de equipamento;
- Apoio operacional ao parque de sensores ambientais e coordenação do processo de transição do equipamento;
- Coordenação do projeto de instalação de beacons (ConnectThings);
- Apoio à equipa da AdP na solução de telecomunicações para a interligação com a SIBS;
- Projeto da reformulação da infra-estrutura destinada à instalação de redes de telecomunicações na Avenida do Marechal Gomes da Costa;
- Coordenação geral do projeto de migração do CGI para as instalações do BSB-Porto, nomeadamente:
  - Preparação do CE para melhoria de condições de habitabilidade, segurança e ergonomia da sala de operação, da sala de crise e do data-center;
  - Preparação do CE para a instalação de infra-estruturas ativas e passivas da rede local do CGI;
  - Projeto de telecomunicações para as infra-estruturas de ligação do CGI à rede metropolitana;
  - Gestão dos processos de migração dos vários subsistemas tecnológicos envolvidos na actividade do CGI nomeadamente, instalação do videowall, instalação do sistema de gestão dos tuneis da cidade, instalação do sistema de controlo de acessos, instalação do sistema de radiocomunicações, etc.
- Coordenação e participação no projeto mobilizador CityPlug
- Coordenação técnica dos 4 projetos vencedores do Desafios Porto 2016
- Participação no projeto S2MovingCity
- Apoio na elaboração do projeto de telecomunicações para a ligação do campus da U.Porto em Vairão à rede metropolitana da cidade;

## G. APOIO TÉCNICO A EVENTOS

Prestou-se em 2016 o apoio na realização dos eventos seguintes, que implicaram o apoio às equipas técnicas respetivas, bem como a disponibilização de largura de banda no acesso à internet, nomeadamente:

- Queima das Fitas
  - Projeto s óticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Feira do Livro
  - Projeto s opticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
  - Projeto de cablagem estruturada e acompanhamento da instalação da cablagem;
  - Configuração de equipamentos wireless e de switches;
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Mosta UPorto
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Cidade Mais
  - Configuração de equipamentos wireless;
- Farfetch Hackathon 2016
  - Projeto s opticos e acompanhamento da instalação da cablagem;
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Bilharmania
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Portugal Fashion
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- Hackacity
  - Configuração de equipamentos wireless;
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;
- ScaleUp Porto (evento FEP-Hotel Eurostars)
  - Configuração de equipamentos wireless;
- Edifício AXA (evento Passagem do Ano)
  - Configuração de equipamentos wireless;
  - Projeto de cablagem estruturada e acompanhamento da instalação da cablagem;
  - Reconfiguração da rede metropolitana para a prestação dos serviços associados;



RH  
ZMF  
/m

## PROCESSO DE REAVALIAÇÃO DE ACTIVOS – REDE

Em dezembro de 2015, a Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, S.A. (PDONT) e a APD chegam a um acordo para compra por esta associação dos 38 km de rede pertença da PDONT, pelo montante de 150.000,00 euros, a pagar no prazo máximo de dezoito meses contados da data de assinatura do acordo.

No final de 2016, recorreu-se ao Instituto de Telecomunicações, como avaliador independente, para se efetuar uma avaliação da totalidade da rede, agora na titularidade da APD. Da avaliação resultou um valor para a rede de 3 885 143 euros, tendo sido registado, no corrente exercício, um excedente de revalorização no valor de 3 259 888 euros.

## INFORMAÇÃO FINANCEIRA DE 2016

Dos valores inscritos nas Contas é relevante destacar os seguintes números:

- O volume de negócio foi de 848 693,45 € o que representou um acréscimo de 169,42% relativo a 2015;
- O resultado líquido do exercício foi positivo em 232 680,90 €;

### **Atividade desenvolvida**

resultado das operações	2016	2015
	valores	
Volume de negócios	848 693,45	315 002,43
Outros rendimentos e gastos operacionais	-324 339,89	-274 676,01
resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	524 353,56	-1 909 673,58
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-276 587,86	-318 915,03
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	-1 950 000,00
resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	247 765,70	-2 228 588,61
resultados financeiros (RF)	-15 084,80	-27 499,66
resultado antes de imposto (RAI)	232 680,90	-2 256 088,27
Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00
resultado líquido do exercício (RLE)	232 680,90	-2 256 088,27

## Indicadores

Indicadores	2016	2015
Autonomia financeira	67,96%	11,21%
Solvabilidade	212,14%	12,62%
Endividamento	32,04%	88,79%
Vendas e prestações serviços/Capital Próprio	24,61%	268,42%
Passivo/ Capital Próprio	47,14%	792,15%
Liquidez geral	70,63%	18,92%
Valor acrescentado bruto	699 794,57 €	27 096,61 €
Rentabilidade do capital próprio	6,75%	-1922,47%

## DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL



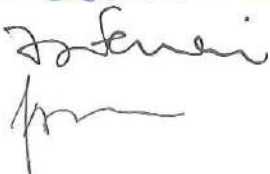
Quer à data de 31 de dezembro 2016, quer à data de emissão deste relatório, não existem dívidas às finanças ou à segurança social.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração tendo em conta a situação económica e financeira da sociedade e nos termos da lei propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido positivo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 232.680,90 €, tenha a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados o montante de 232.680,90 € (duzentos e trinta e dois mil seiscentos e oitenta euros e noventa cêntimos)

Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que connosco colaboraram.

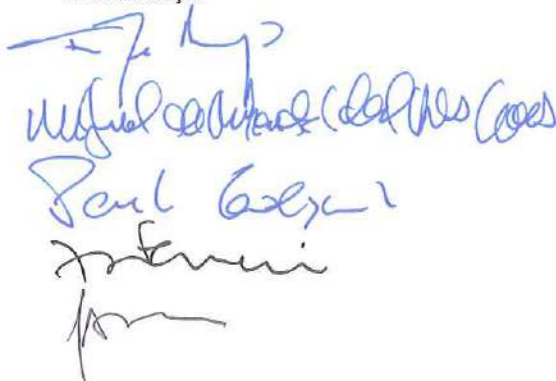
  
Saul Balza  
  
António Almeida  


Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730

balanço

rubricas	notas	2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	3 922 213,92	870 273,43
Ativos intangíveis	6	2 781,65	778,23
Outros investimentos financeiros		325,09	0,00
subtotal		3 925 320,66	871 051,66
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	15	443 944,39	66 523,29
Estado e outros entes públicos	15	0,00	34 500,00
Outras créditos a receber	15	367 925,11	45 785,75
Diferimentos	15	1 087,98	407,48
Caixa e depósitos bancários	4/15	334 933,70	28 696,24
subtotal		1 147 891,18	175 912,76
total do ativo		5 073 211,84	1 046 964,42
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Fundo subscrito	15	2 010 000,00	2 010 000,00
Outras reservas	15	15 696,27	15 696,27
Resultados transitados	15	-2 070 327,85	303 715,91
Excedentes de revalorização	7/15	3 259 887,59	0,00
Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	12	0,00	44 029,54
subtotal		3 215 256,01	2 373 441,72
Resultado líquido do exercício		232 680,90	-2 256 088,27
total do capital próprio		3 447 936,91	117 353,45
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
subtotal		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	324 071,36	151 333,97
Estado e outros entes públicos	15	96 268,61	83 253,02
Financiamentos obtidos	15	227 043,82	222 767,00
Outras dívidas a pagar	15	851 554,10	472 256,98
Diferimentos	15	126 337,04	0,00
subtotal		1 625 274,93	929 610,97
total do passivo		1 625 274,93	929 610,97
total do capital próprio e do passivo		5 073 211,84	1 046 964,42

A Administração



O Contabilista Certificado



Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730

demonstração de resultados por naturezas

rendimentos e gastos	notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	11	848 693,45	315 002,43
Subsídios à exploração		20 769,60	0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação de inventários na produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	17	-278 586,94	-335 595,02
Gastos com pessoal	16	-333 140,24	-243 222,26
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	9	0,00	-1 950 000,00
Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12	270 872,40	328 910,63
Outros gastos		-4 254,71	-24 769,36
<b>resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>524 353,56</b>	<b>-1 909 673,58</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	-276 587,86	-318 915,03
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>247 765,70</b>	<b>-2 228 588,61</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15	-15 084,80	-27 499,66
<b>resultado antes de impostos</b>		<b>232 680,90</b>	<b>-2 256 088,27</b>
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>resultado líquido do período</b>		<b>232 680,90</b>	<b>-2 256 088,27</b>

A Administração


O Contabilista Certificado

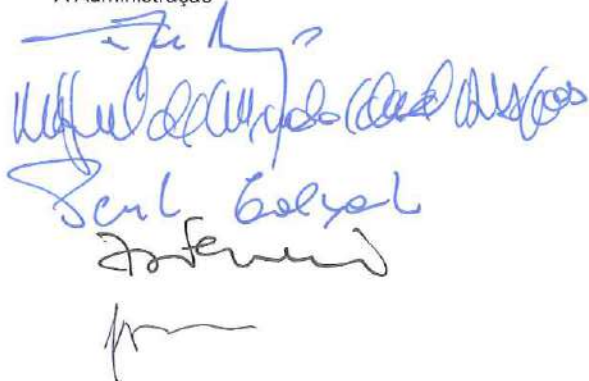


Moeda: Euros  
Contribuinte: 506838730

demonstração de fluxos de caixa (método directo)

rubricas	notas	2016	2015
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes		505 103,85	587 602,95
Pagamentos a Fornecedores		-226 516,39	-308 443,58
Pagamentos ao Pessoal		-297 811,92	-78 505,06
Caixa geradas pelas operações		-19 224,46	200 654,31
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		368 643,81	1 946 633,87
<b>fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>349 419,35</b>	<b>2 147 288,18</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-31 468,73	-49 098,70
Activos Intangíveis		-905,18	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-1 950 000,00
Outros Activos		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>-32 373,91</b>	<b>-1 999 098,70</b>
<b>fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>-32 373,91</b>	<b>-1 999 098,70</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		4 276,82	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>4 276,82</b>	<b>0,00</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-164 112,00
Juros e gastos similares		-15 084,80	-27 499,66
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>-15 084,80</b>	<b>-191 611,66</b>
<b>fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>-10 807,98</b>	<b>-191 611,66</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>306 237,46</b>	<b>-43 422,18</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		28 696,24	72 118,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	334 933,70	28 696,24

A Administração



O Contabilista Certificado



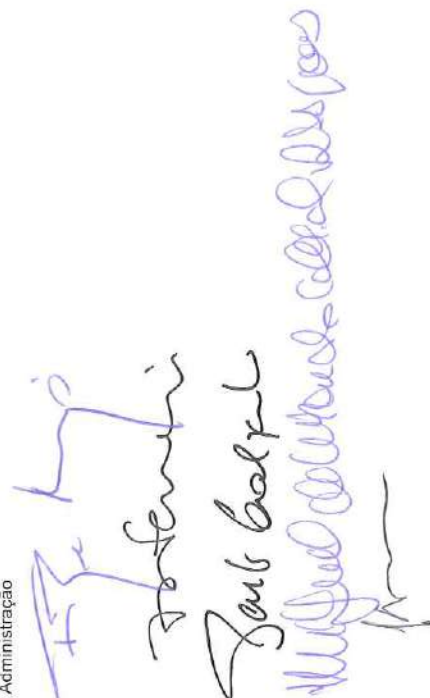
demonstração das alterações no fundo patrimonial no período 2015

Moeda: EUR  
Contribuinte: 506838730

descrição	fundo patrimonial atribuído aos detentores do capital do empresa													Total	Interesses minoritários	Total do fundo patrimonial	
	notas	fundo avaliado	ações (quótas) próprias	reservas fundos autogerados	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias	reservas transitórias				reservas transitórias
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	1	60 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 696,27	237 459,60	0,00	0,00	0,00	0,00	262 994,31	66 256,31	642 407,09	0,00	642 407,09
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Ajustamentos / Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial																	
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66 256,31	0,00	0,00	0,00	0,00	-218 965,37	-66 256,31	-218 965,37	0,00	-218 965,37
	3																
	4=2+3																
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>																	
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>																	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>																	
Realizações de capital		1 950 000,00													1 950 000,00		1 950 000,00
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
	5	1 950 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 950 000,00	0,00	1 950 000,00
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>	6=1+2+3+5	2 010 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 696,27	303 715,91	0,00	0,00	0,00	0,00	44 029,64	-2 266 068,27	117 353,45	0,00	117 353,45

A Administração

O Contabilista Certificado





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Associação Porto Digital

Sede

Rua das Flores, 152, no Porto

NIPC

506838730

Natureza da atividade

A Associação Porto Digital (abreviadamente designada por APD ou Associação) foi constituída em 22 de novembro de 2004, com o objetivo de "promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos."

O Projeto Porto Digital 001/8.1/C/NOR foi o primeiro projeto coordenado e parcialmente executado pela APD (orçamento aprovado de 9.127.000,00 € dos quais 9.070.967,69 € das despesas apresentadas foram consideradas elegíveis). Esteve em execução de 2005 a 2009, englobando seis categorias de subprojetos:

- INF - Subprojetos de Infraestrutura - para fornecimento dos serviços básicos do Porto Digital. Incluiu a criação de uma rede de telecomunicações baseada em fibra ótica e a criação de um data center.
- DIN - Subprojetos de Dinamização - incluiu a produção e disponibilização de conteúdos didáticos, científicos, informativos, turísticos, lúdicos e culturais, e a promoção da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais (massificação).
- ACE - Subprojeto de Acessibilidades - colocou em locais emblemáticos da cidade do Porto pontos de acesso gratuito à Internet e aos serviços disponibilizados pelo Porto Digital.
- GOV - Subprojetos de e-Government - abrangendo a reformulação dos processos administrativos, a desmaterialização de processos, e a adição de transparência ao governo local.
- SEC - Subprojetos sectoriais - que representaram uma intervenção ao nível de uma área sectorial, neste caso ao nível do emprego, da economia, do imobiliário e da cultura. Pretendeu-se assim a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade através de ações de cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, atração do investimento, aumento da produtividade e aumento do emprego qualificado.
- COO Subprojeto de Acompanhamento e Gestão - que permitiu coordenar e gerir os esforços de modo a aproveitar sinergias e garantir que os objetivos propostos fossem atingidos.

Nota Introdutória

A Associação Porto Digital numa parceria com algumas empresas do Grupo dst constituiu em março de 2009 a Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, S.A. (abreviadamente designada por PDONT), com o objetivo de desenvolver atividades de expansão, manutenção e exploração da rede de suporte de telecomunicações em banda larga da cidade do Porto, que integra a infraestrutura já implementada pela Associação Porto Digital, bem como aquela a ser instalada pela própria sociedade. A APD ficou a deter 51 % do capital social da PDONT, os restantes 49% foram subscritos por várias empresas do Grupo dst, em especial pela dstelecom.

A Associação exerceu durante o exercício de 2010 o seu direito indemnizatório por alegado incumprimento contratual da sua participada PDONT, do qual resultaram rendimentos contingentes a favor da Associação no valor de 4.272.624,96 €. A PDONT interpôs uma ação administrativa especial para anular a sanção contratual.

Para além disso, em face da manifesta incapacidade da PDONT para fazer face aos seus compromissos contratuais, a Associação decide, em 2011, reassumir a tarefa de exploração da rede de suporte de telecomunicações em banda larga da cidade do Porto nela se incluindo a totalidade das infraestruturas e equipamentos afetos à exploração. A PDONT intenta uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, pois no seu entendimento parte da rede por ela executada, cerca de 38 km ainda lhe pertencem.

Em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecida uma provisão para processos judiciais em curso, no valor estimado de 3.093.674,63 € e dos respetivos juros de mora no montante de 497.594,26 €, decorrente da ação colocada no Instituto de Arbitragem Comercial do Porto pelo Grupo dst em 30 de dezembro de 2011 contra a Associação.

Uma vez que não foi possível efetuar uma estimativa fiável das quantias reclamadas nem tão pouco sobre o desfecho de outros processos e, nos termos da NCRF n.º 21, a Associação não reconheceu qualquer outra provisão para o efeito.

F  
mf  
A  
R

Porto Digital



A seguir identificam-se todos os processos colocados contra a APD:

- Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objetivo evitar o pagamento da sanção contratual de 4.272.624,96 euros;
- Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da Associação em 29 de março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (sentença a favor da APD);
- Ação colocada pelo Grupo dst contra o Conselho de Administração da Associação em 10 de maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objetivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto (sentença a favor da APD);
- Ação colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da Associação em 25 de maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objetivo a suspensão da e eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;
- Ação colocada pelo Grupo dst em 30 de dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objetivo responsabilizar a Associação pelo falhanço do projeto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos (sentença de 3.093.674,63 € a favor do Grupo dst);
- Ação colocada em 2012 pelo Grupo dst contra o diretor geral da Associação por "ofensa a pessoa coletiva", processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto (sentença a favor do diretor geral da APD).

#### Acordos extrajudiciais

A Associação Porto Digital e a DST, S.A. colocaram termo aos litígios através da celebração de um acordo extrajudicial seria assinado a 9 de junho de 2015, no âmbito do qual a APD se obriga a proceder ao pagamento à DST, S.A. da quantia de 1.925.500 € e a adquirir as participações sociais detidas pelas sociedades do Grupo dst na PDONT pelo valor nominal de 24.500 €.

Em caso de não pagamento pela Associação, ficava a DST, S.A. constituída no direito a receber o valor integral resultante da condenação pelo Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto de 3.093.674,63 € acrescida de juros de mora através de novo processo de execução.

Em consequência do acordado e ainda no exercício de 2014 procedeu-se ao desconhecimento na contabilidade da Associação dos juros de mora vencidos desde a citação e das despesas com a penhora no montante total de 869.441,24 €.

Em dezembro de 2015, a PDONT e a APD chegam também a um acordo extrajudicial, pondo termo às ações judiciais, mediante a realização de uma auditoria conjunta, e os 38 km de rede pertença da PDONT foram adquiridos pela Associação pelo montante de 150.000,00 euros, a pagar no prazo máximo de dezoito meses contados da data de assinatura do acordo.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada nas demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

**Todos os valores apresentados estão expressos em euros**

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas, por opção, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas Contabilística e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, Avisos e Portarias.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com o período anterior.



### 3. Principais políticas contabilísticas

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

#### 3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Associação, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

#### 3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

A partir do corrente exercício, a rede passou a estar registada pelo seu justo valor, tendo sido, para o efeito, efetuado no início de 2017, uma avaliação da mesma, por entidade independente.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ativos fixos tangíveis	anos	taxa de amortização
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10	10%
Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som	5	20%
Computadores	3	33%
Aparelhos telemóveis	5	20%
Mobiliário	8	13%

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

#### 3.4 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que incorreram.

#### 3.5 LOCAÇÕES

Os ativos adquiridos mediante contratos de aluguer de longa duração são contabilizados pelo método operacional, pelo que as rendas constituem gastos do exercício a que dizem respeito, não se relevando na situação patrimonial da Associação o valor desses bens e a respetiva responsabilidade pelas rendas vincendas.



### 3.6 IMPARIDADE DE ATIVOS

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.7 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

A única participação financeira está registada ao custo de aquisição deduzido de imparidades.

### 3.8 RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo valor nominal do montante recebido ou a receber (considera-se que o valor nominal não difere materialmente do justo valor).

### 3.9 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

### 3.10 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

### 3.11 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Associação Porto Digital é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, tendo-lhe sido atribuída uma isenção definitiva a título de IRC.

### 3.12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.



Para tal, a Associação Porto Digital tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### Empréstimos

Os empréstimos não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

#### Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

#### Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

### 3.13 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

### 3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

### 3.15 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Aquando da preparação das demonstrações financeiras, a Administração avaliou a capacidade da entidade em prosseguir como uma entidade em continuidade com vista à tomada das medidas adequadas à situação em conformidade com as normas de relato financeiro aplicáveis. A Administração considerou que neste momento existe uma perspetiva de continuidade.

## 4. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JF', 'AMF', and 'M']*

*[Handwritten signature in blue ink]*

Quantia escriturada e movimentos do período	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Caixa	40,43	1.618,52	1.627,63	31,32
Depósitos à ordem	28.655,81	1.206.177,38	899.930,81	334.902,38
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>28.696,24</b>	<b>1.207.795,90</b>	<b>901.558,44</b>	<b>334.933,70</b>

Todos os meios existentes encontram-se disponíveis para uso.

## 5. Partes relacionadas

### 5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

A composição do Conselho de Administração foi alterada por deliberação da Assembleia Geral de 27 de janeiro de 2016, passando a integrar um administrador executivo remunerado e três administradores não executivos, não remunerados. Até dezembro de 2015, a Administração não era remunerada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as remunerações auferidas foram as seguintes:

Remunerações em 2016	Gerência/Cons. Administração
Vencimento	51.338,90
Encargos	11.249,55
<b>Total</b>	<b>62.588,45</b>

### 5.2 Transações entre partes relacionadas

No decurso de 2015, a Associação adquiriu à DST, no âmbito do acordo extrajudicial (cf. Nota Introdutória), 49% do capital social da PDONT, SA. Assim, em 31 de dezembro de 2016, a Associação detinha as seguintes participações em Entidades subsidiárias:

entidades subsidiárias	sede	% Participação 2016	% Participação 2015
PDONT, SA	Porto	100,00%	100,00%

### Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

empresas	2016				
	quotas	quota capital	serviços prestados	ativo fixo tangível compras	empréstimos
PDONT, SA	-	-	-	-	-
Município do Porto	30 000,00	-390 000,00	554 170,10	-	-
Universidade do Porto	30 000,00	390 000,00	74 302,25	-	-
Metro do Porto	10 000,00	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>70 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>628 472,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

empresas	2015				
	quotas	quota capital	serviços prestados	ativo fixo tangível compras	empréstimos
PDONT, SA	-	-	-	-	1 925 500,00
Município do Porto	30 000,00	1 950 000,00	46 036,86	184 500,00	-
Universidade do Porto	30 000,00	-	67 547,49	-	-
Metro do Porto	10 000,00	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>70 000,00</b>	<b>1 950 000,00</b>	<b>113 584,35</b>	<b>184 500,00</b>	<b>1 925 500,00</b>

Durante o exercício de 2016, a Universidade do Porto realizou uma quota extraordinário no valor de 390.000 euros, tendo sido efetuado o ajustamento na composição da quota extraordinária no capital social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos com partes relacionadas eram os seguintes:



empresas	2016			
	empréstimos concedidos	contas a pagar	contas a receber	quota capital
PDONT, SA	1 925 500,00	184 500,00	233,75	-
Município do Porto	-	390 000,00	312 083,95	1 580 000,00
Universidade do Porto	-	-	-	410 000,00
Metro do Porto	-	-	-	20 000,00
<b>Total</b>	<b>1 925 500,00</b>	<b>574 500,00</b>	<b>312 317,70</b>	<b>2 010 000,00</b>

empresas	2015			
	empréstimos concedidos	contas a pagar	contas a receber	quota capital
PDONT, SA	1 925 500,00	184 500,00	-	-
Município do Porto	-	-	-	1 970 000,00
Universidade do Porto	-	-	-	20 000,00
Metro do Porto	-	-	-	20 000,00
<b>Total</b>	<b>1 925 500,00</b>	<b>184 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 010 000,00</b>

## 6. Ativos intangíveis

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Marcas e Licenças	Projetos de desenvolvimento	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>			
Custo	14.050,68	100.954,29	115.004,97
Amortização acumulada e imparidade	13.272,45	100.954,29	114.226,74
<b>Valor Líquido</b>	<b>778,23</b>	<b>0</b>	<b>778,23</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2016	778,23	0	778,23
Adições	3.328,29	0	3.328,29
Amortizações do exercício	1.324,87	0	1.324,87
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>2.781,65</b>	<b>0</b>	<b>2.781,65</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>			
Custo	17.378,97	100.954,29	118.333,26
Amortização acumulada e imparidade	14.597,32	100.954,29	115.551,61
<b>Valor Líquido</b>	<b>2.781,65</b>	<b>0</b>	<b>2.781,65</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015	778,23	0	778,23
Adições	0,00	0	0,00
Amortização do exercício	0,00	0	0,00
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>778,23</b>	<b>0</b>	<b>778,23</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>			
Custo	14.050,68	100.954,29	115.004,97
Amortização acumulada e imparidade	13.272,45	100.954,29	114.226,74
<b>Valor Líquido</b>	<b>778,23</b>	<b>0</b>	<b>778,23</b>

## 7. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações, foi o seguinte:



Ativos Fixos Tangíveis	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e de Transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
<b>1 de Janeiro de 2016</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	343.177,81	5.963.407,89	72.074,44	5.976,51	6.384.636,65
Depreciação acumulada	324.946,11	5.112.635,62	70.908,17	5.873,32	5.514.363,22
<b>Valor Líquido</b>	<b>18.231,70</b>	<b>850.772,27</b>	<b>1.166,27</b>	<b>103,19</b>	<b>870.273,43</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2016	18.231,70	850.772,27	1.166,27	103,19	870.273,43
Aquisições	8.481,05	57.321,48	1.544,45		67.346,98
Excedente de Revalorização		3.259.887,59			3.259.887,59
Depreciação do exercício	7.223,14	267.464,24	503,51	103,19	275.294,08
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>19.489,61</b>	<b>3.900.517,10</b>	<b>2.207,21</b>	<b>0,00</b>	<b>3.922.213,92</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	351.658,86	9.280.616,96	73.618,89	5.976,51	9.711.871,22
Depreciação acumulada	332.169,25	5.380.099,86	71.411,68	5.976,51	5.789.657,30
<b>Valor Líquido</b>	<b>19.489,61</b>	<b>3.900.517,10</b>	<b>2.207,21</b>	<b>0,00</b>	<b>3.922.213,92</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2015	50.871,82	2.873.040,55	1.939,19	206,42	2.926.057,98
Aquisições		186.221,52			186.221,52
Abates		1.925.500,00			1.925.500,00
Depreciação do exercício	32.640,12	282.989,80	772,92	103,23	316.506,07
<b>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>18.231,70</b>	<b>850.772,27</b>	<b>1.166,27</b>	<b>103,19</b>	<b>870.273,43</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>					
Valor de aquisição ou reavaliado	343.177,81	5.963.407,89	72.074,44	5.976,51	6.384.636,65
Depreciação acumulada	324.946,11	5.112.635,62	70.908,17	5.873,32	5.514.363,22
<b>Valor Líquido</b>	<b>18.231,70</b>	<b>850.772,27</b>	<b>1.166,27</b>	<b>103,19</b>	<b>870.273,43</b>

Foi apurado, no período, um excedente de revalorização da infraestrutura de rede de telecomunicações da Associação Porto Digital no valor de 3.259.887,59 euros, em 31 de dezembro de 2016, sendo o saldo final de 3.885.143,06.

Para determinação do valor da rede, recorreu-se ao Instituto de Telecomunicações como avaliador independente selecionado e o justo valor dos itens foi determinado por referência a valores observáveis num mercado ativo, em dezembro de 2016. Foi opção considerado o valor obtido na avaliação, como o valor da rede após as amortizações de exercício de 2016 (em vez de considerar aquele o valor antes das amortizações), sendo portanto o valor do excedente de revalorização de 3 259 887,59 euros.

#### Ativos fixos tangíveis em curso

Durante o exercício em análise, os ativos fixos tangíveis em curso não registaram qualquer tipo de movimento.

#### 8. Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2016 a Associação Porto Digital detém uma participação de 100,00% (50.000,00 €) na sociedade PDONT, fundada em fevereiro de 2009 com um capital social de 50.000,00 €, e com sede na Rua da Ponte Nova 70, 2º, 4050-485 Porto.

Esta participação tem associada uma imparidade a 100% sobre o custo de aquisição e sobre o valor do empréstimo efetuado (cf. Nota 9).

A atividade da PDONT tem sido muito residual, pelo que será equacionada a possível liquidação da mesma no decurso de 2017.

#### 9. Imparidades de Ativos

Em 31 de Dezembro de 2016, a Associação não reconheceu nos seus resultados qualquer imparidade.



Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados		Investimentos financeiros
2016	Aumentos	
	Reversões	
<b>Total</b>		<b>0,00</b>
2015	Aumentos	1.950.000,00
	Reversões	
<b>Total</b>		<b>1.950.000,00</b>

Em 2015, foram reconhecidas duas perdas de imparidade em Investimentos Financeiros: uma sobre o valor de aquisição dos 49% da participação na sociedade PDONT, no valor de 24.500,00 euros, uma vez que a sociedade estava sem atividade e a outra, no valor de 1.925.500,00 euros, referente ao empréstimo concedido pela Associação à PDONT, no âmbito do acordo extrajudicial alcançado com o grupo DST, SA (ver nota introdutória).

## 10. Locação Operacional

Ver Ponto 3.

Os principais contratos de locação operacional da Associação:

Locações Operacionais em vigor							2016	
Ativos que se encontram a ser financiados	Entidade locadora	Identificação do contrato	Restrições Impostas	Prazo	Início	Termo	Gastos reconhecidos no período	Rendas contingentes a pagar
Ford Mondeo SP TDCI Business Plus Econetic 39-RN-60	Lease Plan Portugal	Contrato n.º 41789	Km.máx.: 200.000	48 meses	28-06-2016	27-06-2020	2.834,39	Índice Geral de Preços ao Consumidor aumento superior a 6,5%
<b>Total</b>							<b>2.834,39</b>	

## 11. Rédito

Ver Ponto 3.

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	2016	2015
Prestação de Serviços	848.693,45	315.002,43

O montante de 848.693 euros, corresponde ao valor das Quotas dos Associados, no montante de 70.000 euros, a serviços prestados, no montante de 682 mil euros e a patrocínios, no valor de 96.313 euros.

## 12. Subsídios do Governo e apoios do governo

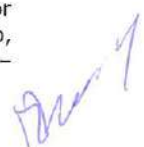
Ver Ponto 3.

No corrente exercício foram contabilizadas, na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em Imputação de Subsídios para Investimento, 161.954 euros que corresponde às amortizações do subsídio recebido para Investimento na parte que ainda não se encontra amortizado.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras os seguintes Subsídios:

2016	Natureza	Montante total	Montante recebido	Fundo Patrimonial	Passivo	Rédito período	Rédito acumulado
Subsídios à exploração:							
AMP Start & Scale	Rel. Rendimentos	139.650,20			126.337,04	13.313,16	
<b>Total</b>		<b>139.650,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>126.337,04</b>	<b>13.313,16</b>	<b>0,00</b>

Comparticipação financeira do FEDER à operação com o código Norte-02-0651-FEDER-000059, designada por "AMP Start & Scale" e apresentada ao Norte 2020 pela Associação Porto Digital e pela Área Metropolitana do Porto, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura n.º Norte-51-2015-18-Sistema de Apoio às Ações Coletivas - "Promoção do Espírito Empresarial" (Intermunicipal).







A operação com a duração de três anos, iniciou a 1 de abril de 2016 e tem o seu término a 31 de março de 2018. Com um investimento total e elegível de 462.036,15 € e uma taxa de financiamento de 85% do FEDER no valor total de 392.730,72 €.

A Associação viu aprovado um investimento elegível de 164.294,35 euros do qual 139.650,20 euros são financiados pelo FEDER através da apresentação de pedidos de reembolso de despesas realizadas e efetivamente pagas no período temporal da Operação (cf. nota 14.3).

### 13. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de junho de 2017.

### 14. Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

### 15. Instrumentos financeiros

#### 15.1 Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar /Pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de «Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
Clientes	443.944,39	66.523,29
Outros Créditos a Receber	367.925,11	45.785,75
Imparidade Outros Créditos a Receber		
<b>Total do ativo</b>	<b>811.869,50</b>	<b>112.309,04</b>
<b>PASSIVO</b>		
Fornecedores	324.071,36	151.333,97
Pessoal	144.520,66	129.698,79
Outras Dívidas a Pagar	707.033,44	342.558,19
<b>Total do passivo</b>	<b>1.175.625,46</b>	<b>623.590,95</b>

Encontram-se por liquidar ao pessoal os salários do ano de 2015 e janeiro de 2016, no montante de 144.521 €. Esta situação será regularizada no decurso do ano de 2017 e no primeiro trimestre de 2018.

#### 15.2 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» decompunha-se da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado		34.500,00
<b>Total do ativo</b>	<b>0,00</b>	<b>34.500,00</b>
<b>PASSIVO</b>		
Retenção de impostos sobre os rendimentos	60.880,55	72.543,95
Trabalho dependente	60.880,50	65.194,46
Rendimentos prediais	0,05	7.349,49
Imposto sobre o valor acrescentado	29.615,77	5.354,11
Contribuições para a Segurança Social	5.738,71	5.354,96
Outras tributações	33,58	
<b>Total do passivo</b>	<b>96.268,61</b>	<b>83.253,02</b>

Em 31 de dezembro de 2016, as retenções na fonte sobre remunerações do ano de 2015, no valor global de 49.176,53 euros e de janeiro de 2016, no valor de 7.267,20 euros, encontram-se reconhecidas contabilisticamente, mas ainda não foram declaradas nem pagas à Autoridade Tributária. No decurso de 2017, na medida em que forem disponibilizados os vencimentos em atraso também as retenções relativas a 2015 e janeiro



de 2016 serão regularizadas.

As contribuições para a Segurança Social do ano de 2016, encontram-se reconhecidas contabilisticamente e foram declaradas e liquidadas à Segurança Social dentro dos respetivos prazos.

#### Situação fiscal

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, uma vez que não foram colocados à disposição os vencimentos relativos a 2015 e janeiro de 2016.

#### Situação contributiva

Dando cumprimento ao estipulado no Artigo 208.º do Código Contributivo, o Órgão de Gestão informa que à data do relatório, a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada.

### 15.3 Diferimentos

Apresenta-se, na tabela seguinte, a rubrica «Diferimentos» a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Diferimentos	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
Seguros liquidados	556,31	
Outros gastos a reconhecer	531,67	407,48
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>1.087,98</b>	<b>407,48</b>
<b>PASSIVO</b>		
Subsídios à exploração	126.337,04	
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>126.337,04</b>	<b>0,00</b>

O montante considerado em "Rendimentos a reconhecer - Subsídios à exploração" é relativo a uma comparticipação financeira do FEDER ao Projeto AMP Start & Scale apresentada ao Norte 2020 pela Associação (ver ponto 13).

### 15.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de «Caixa e Depósitos Bancários» apresentava os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Caixa e Depósitos Bancários	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
Caixa	31,32	40,43
Depósitos à ordem	334.902,38	28.655,81
<b>Total</b>	<b>334.933,70</b>	<b>28.696,24</b>

### 15.5 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Financiamentos Obtidos» apresentava a seguinte composição:

Financiamentos Obtidos	2016	2015
Empréstimos Bancários Correntes	227.043,82	222.767,00
<b>Total</b>	<b>227.043,82</b>	<b>222.767,00</b>

O valor dos juros reconhecidos no período foi de 15.084,80 euros (2015: 27.499,66 euros).

### 15.6 Fundo Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Fundo Patrimonial» detalha-se conforme segue:



Fundo patrimonial	2016	2015
Fundo realizado	2.010.000,00	2.010.000,00
Outras reservas	15.696,27	15.696,27
Resultados transitados	-2.070.327,85	303.715,91
Excedentes de revalorização	3.259.887,59	0,00
Ajustamentos / Outras variações no fundo patrimonial	0,00	44.029,54
<b>Total</b>	<b>3.215.256,01</b>	<b>2.373.441,72</b>

No ano de 2016, o fundo da Associação, totalmente subscrito e realizado, tinha um valor nominal de 2.010.000,00 euros.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito era a seguinte:

- Câmara Municipal do Porto \_\_\_\_\_ 33,33%
- Universidade do Porto \_\_\_\_\_ 33,33%
- Metro do Porto, SA \_\_\_\_\_ 33,33%

A rubrica de «Resultados transitados» reflete as movimentações contabilísticas realizadas pela adoção do SNC e os resultados de exercícios anteriores.

Cf. Nota 7, acerca do excedente de revalorização.

#### 16. Benefício dos empregados

##### Gastos com pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica de Gastos com Pessoal:

gastos com pessoal	2016	2015
Descrição		
Remunerações dos órgãos sociais	51.338,90	0,00
Remunerações do pessoal	220.350,95	200.088,36
Encargos sobre remunerações	58.369,13	43.003,82
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3.081,26	0,00
Gastos de acção social		130,08
<b>Total</b>	<b>333.140,24</b>	<b>243.222,26</b>

#### 17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Fornecimentos e serviços externos» apresentava a seguinte decomposição:





fornecimentos e serviços externos	2016	2015
Descrição		
Trabalhos especializados	51.793,02	214.630,98
Publicidade e Propaganda	17.524,17	
Vigilância e Segurança	892,53	1.159,32
Honorários	10.599,30	960,00
Conservação e reparação	289,79	11.829,76
Serviços bancários	629,40	465,98
Ferramentas e utensílios	449,26	1.397,54
Livros e documentação técnica	1.240,63	192,86
Material de escritório	216,47	
Energia e fluidos	3.288,84	1.745,16
Deslocações, estadas e transportes	7.703,34	1.392,99
Rendas e alugueres	164.961,01	57.714,24
Comunicação	15.531,22	27.510,38
Contencioso e Notariado	1.248,78	15.385,19
Despesas de Representação	190,00	
Limpeza, Higiene e Conforto	141,52	1.080,71
Outros serviços	1.887,66	129,91
<b>Total</b>	<b>278.586,94</b>	<b>335.595,02</b>

Os honorários relativos à Certificação Legal das Contas referentes ao presente exercício foram de 6.600,00 euros.

#### 18. Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido Positivo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 232.680,90 €, tenha a seguinte aplicação:


- Para Resultados Transitados o montante de 232.680,90 € (duzentos e trinta e dois mil, seiscientos e oitenta euros e noventa cêntimos)

Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que conosco colaboraram.

Porto, 9 de junho de 2017.

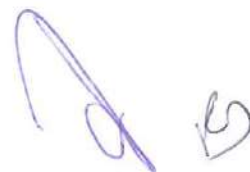
O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Paulo Beltrão  
 Presidente

Handwritten signature in blue ink



**PARECER DO CONSELHO FISCAL  
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS  
DO EXERCÍCIO 2016**

1. Nos termos da lei e dos estatutos, cumpre-nos apresentar parecer sobre o relatório de gestão e prestação de contas do Conselho de Administração da Associação Porto Digital, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Acompanhámos a evolução da Associação na extensão que consideramos necessária nas circunstâncias, tendo sempre obtido, da Administração e Serviços, todos os esclarecimentos solicitados. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística, baseada nos documentos de suporte e não constatamos qualquer violação da lei ou dos estatutos.
3. Analisámos o relatório de gestão que mostra, sinteticamente, o que foi o exercício de 2016.
4. Verificámos igualmente que o balanço (que evidencia um total de 5 073 212 euros e um capital próprio de 3 447 937 euros, incluindo um resultado líquido de 232 681 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, o relatório de gestão e o anexo, foram elaborados de acordo com os normativos vigentes, exprimindo com clareza os critérios valorimétricos e princípios contabilísticos adotados.
5. A certificação legal das contas considera-se parte integrante deste parecer.

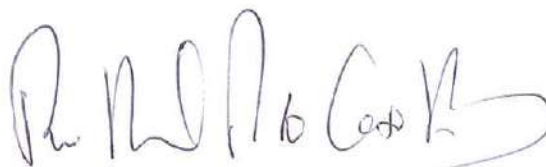


6. Assim sendo, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório e contas nos termos em que o Conselho de Administração os apresenta, considerando o teor da certificação legal das contas em anexo;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados e
- c) Seja aprovado um voto de louvor ao Conselho de Administração e demais colaboradores pela dedicação e competência no desempenho das suas funções.


Porto, 27 de julho de 2017

O CONSELHO FISCAL



Rui Manuel Pinto Couto Viana

(Presidente)



Ricardo António Beato de Carvalho

(Vogal)



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

(Vogal e Revisora Oficial de Contas)

---

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Associação Porto Digital (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5 073 212 euros e um total de capital próprio de 3 447 937 euros, incluindo um resultado líquido de 232 681 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Associação Porto Digital, em 31 de dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas está descrita na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

51

---

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



---

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluí sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

91

- 
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

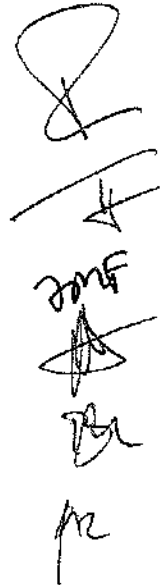
## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao Art.º 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Porto, 27 de julho de 2017

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus



Exma. Senhora

Dra. Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto

4150 – 484 Porto

Porto, 27 de julho de 2017

### **DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO**

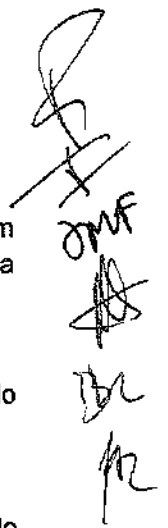
A presente declaração é emitida a pedido de V. Exa., no âmbito do exame às demonstrações financeiras de Associação Porto Digital (Associação), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam um ativo de 5 073 212 euros e um capital próprio de 3 447 937 euros, incluindo um resultado líquido de 232 681 euros, conducente à respetiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

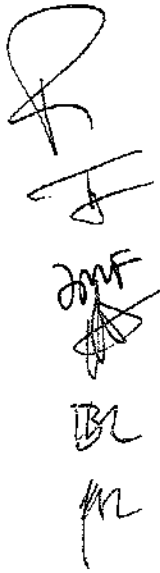
Confirmamos, na medida do nosso melhor conhecimento e crer, à data desta carta, as seguintes informações que vos foram prestadas no decurso do vosso exame:

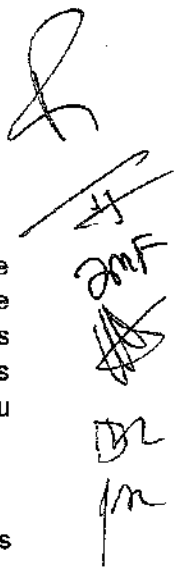
1. Todos os registos contabilísticos da Associação e respetiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos e a correspondência relevante foram colocados à vossa disposição nada vos tendo sido ocultado.
2. Todas as transações foram registadas e estão refletidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
3. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios cujas alterações na uniformidade de aplicação destes princípios, entre exercícios, se encontram adequadamente descritas no anexo às demonstrações financeiras, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.
4. As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes, nomeadamente em relação a ativos, passivos e transações ou eventos sujeitos a registo ou divulgação. Não existem erros, ainda que imateriais, que não tenham sido corrigidos nas demonstrações financeiras.
5. Confirmamos que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Associação em 31 de dezembro de 2016 é apropriado, não sendo necessárias divulgações adicionais sobre a capacidade da Associação em continuar as suas atividades para além das divulgações já incluídas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.
6. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
7. Foi-vos dado conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude e de toda a informação de que tomámos conhecimento relacionada com fraude ou com suspeitas de fraude. Adicionalmente, foram-vos comunicadas todas as situações de que tomámos conhecimento relacionadas com alegações ou suspeitas de fraude comunicadas por colaboradores atuais e antigos, analistas, reguladores ou outras entidades. Confirmamos não ter conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras.
8. Não temos conhecimento de se terem verificado:
  - a) Irregularidades envolvendo a administração, diretores ou colaboradores da Associação que desempenhem um papel importante nos sistemas de controlo interno e contabilístico;
  - b) Irregularidades envolvendo outros colaboradores que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras;



Handwritten signature and initials, including 'DMF' and 'DL'.

- c) Comunicações de entidades oficiais ou para-oficiais relativamente ao não cumprimento, ou ao deficiente cumprimento, de disposições legais e regulamentares que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.
9. Não temos conhecimento de projetos ou intenções:
- a) que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- b) que possam pôr em causa a continuidade das operações da Associação e
- c) de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, perdas de valor em ativos não correntes.
10. A informação que vos foi proporcionada e as correspondentes divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, relacionadas com a identificação das partes relacionadas e com as transações (incluindo garantias prestadas e recebidas) e saldos com estas entidades, é completa e rigorosa.
11. Os seguintes assuntos foram adequadamente registados ou evidenciados nas demonstrações financeiras e nos anexos:
- a) Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- b) Acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de fundos ou linhas de crédito ou acordos similares;
- c) Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Associação;
- d) Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- e) Todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, efetivas ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros (escritas ou verbais);
- f) Quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados e
- g) Estimativas relevantes, incertezas e riscos significativos.





12. Foi-vos dado conhecimento dos critérios estabelecidos para levar a cabo testes de imparidade e, se necessário, para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir os ativos às suas quantias recuperáveis. Entendemos que os referidos critérios são adequados e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são completas e rigorosas. Assim, foram reconhecidas perdas por imparidade ou constituídas provisões adequadas para:
- a) reduzir os ativos, em particular as contas a receber e os investimentos financeiros aos seus valores líquidos estimados de realização e
  - b) perdas a serem incorridas no cumprimento de compromissos de vendas.
13. Foi-vos dado conhecimento de todos os pressupostos significativos utilizados no cálculo das estimativas materiais e/ou qualitativamente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, incluindo as relacionadas com mensurações pelo justo valor, sendo os mesmos razoáveis e coerentes entre si. Foram efetuadas, no anexo às demonstrações financeiras, todas as divulgações requeridas relacionadas com os mesmos e com as correspondentes estimativas.
14. Não existem violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Associação ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no anexo às mesmas;
15. Foi-vos dado conhecimento de todos os ativos e passivos contingentes materiais e os mesmos encontram-se adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.
16. A Administração e os Serviços prestam a necessária atenção ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, em conformidade com as respetivas disposições legais e regulamentares, designadamente a Lei 25/2008, de 5 de junho, e não tem conhecimento da existência de quaisquer factos ou indícios de factos que motivem preocupação especial relativamente a este assunto.
17. A Associação é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no anexo às demonstrações financeiras.
18. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de ativos fixos tangíveis, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.

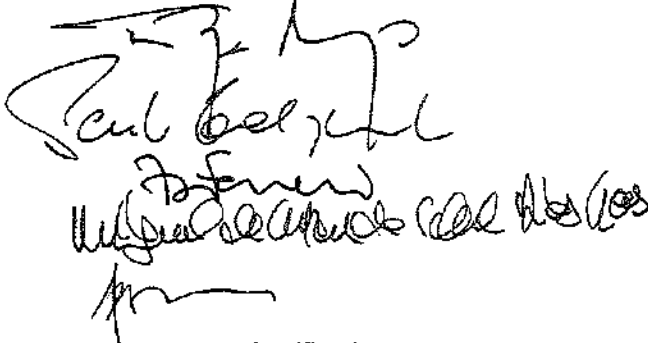
19. Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
20. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Associação, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.
21. Durante o exercício a Associação não registou "Despesas Confidenciais".
22. A Associação não registou e/ou pagou quaisquer montantes que se encontrem suportados por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Associação em 31 de dezembro de 2016.
23. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
24. Confirmamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apenas recorreu aos serviços de apoio jurídico das sociedades SPCA, Sociedade de Advogados, R.L., e Lino Torgal & Associados, Sociedade de Advogados, R.L., e que, relativamente a aspetos de natureza jurídica, não antecipamos quaisquer responsabilidades não relevadas nas demonstrações financeiras.
25. A Associação, seus Administradores, membros dos restantes órgãos sociais e acionistas deram cumprimento a todas as disposições, exigidas legalmente ou pelos estatutos, relativas a todas as transações ou eventos ocorridos durante o exercício. Tais transações e eventos foram relevados adequadamente nas demonstrações financeiras, seus anexos e no relatório de gestão.
26. Não ocorreram quaisquer factos subsequentemente a 31 de dezembro de 2016, que requeiram registo ou divulgação no anexo às demonstrações financeiras.
27. Em conformidade com a auditoria das demonstrações financeiras da Associação Porto Digital em 31 de dezembro de 2016, informamos V. Exas. que colocámos à vossa disposição as atas respeitantes às seguintes reuniões:



Descrição	Número	Data
Conselho de Administração	1 a 8	Ano 2016
	9 e 10	Ano 2017
Assembleia Geral	28 e 29	Ano 2016

Estas atas constituem um resumo completo de todos os assuntos tratados em todas as reuniões mantidas entre 1 de janeiro de 2016 e a data desta carta, dos órgãos sociais da Associação.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado

